

A (r)evolução das Moedas Sociais: Do Palmacard ao E-dinheiro.

- Resgate de memória: Joaquim de Melo – Banco Palmas
- Autoria e texto: Bárbara Magalhães de Aguiar Oliveira, mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (moca.barbara@gmail.com)

Você conseguiria lembrar de todas as moedas que já circularam no Brasil? Quantas foram ao todo? Réis, Cruzeiro, Cruzado, Real...até açúcar já foi moeda de troca, por aqui! Se observarmos a história econômica do Brasil, vamos constatar que tivemos circulando em nosso país, mais moedas que essas aí em cima citadas.

Até mesmo uma nação consolidada e bem estabelecida, ao longo de sua vida, necessita testar pequenos ajustes e soluções para adaptar e equilibrar suas ferramentas econômicas a uma situação financeira específica. É a tal adequação meios a fins, a adaptação de modelos econômicos a uma realidade contextual, conjuntural.

Aqui no Conjunto Palmeiras não foi diferente! Como você deve saber, o Banco Palmas é conhecido mundialmente pelo pioneirismo na implementação de práticas de economia solidária em seu território. Hoje, passados 17 anos, somos a experiência de Banco Comunitário mais antiga do país, quem sabe até mesmo do mundo. Essa história, como qualquer boa história, começou por meio de muita luta e mobilização de uma comunidade carente, que precisou se virar economicamente, já que eram negligenciados pelo governo local. Dessa vontade de fazer crescer com as próprias pernas, surgiu a famosa Moeda Social Circulante Local, O Palmas, tão conhecida e divulgada pelos arredores do Brasil.

Mas essa iniciativa não nasceu de um dia pro outro, ela foi fruto de muita experimentação, diálogo e uma série de parcerias, que hoje se concretizou em um dos produtos financeiros, oferecido pelo Banco Palmas, de maior impacto e visibilidade.

Nesta publicação, iremos destrinchar um pouco melhor os caminhos percorridos pela Moeda Palmas até sua configuração atual. Nossa intenção é além de registrar e manter viva a história dessa incrível tecnologia/ferramenta econômica, evidenciar os processos e dinâmicas presentes na instituição de uma moeda social.

Boa Viagem!

PALMACARD

Foi a primeira experiência de moeda social que o Banco Palmas e o Conjunto Palmeiras vivenciaram. Foi uma criação paralela ao surgimento do Banco Comunitário. O PALMACARD nada mais era que uma moeda em formato de cartão de crédito e que funcionava como um

circulante local por permitir o consumo de produtos, mercadorias e serviços no próprio bairro. Também foi a primeira moeda a circular de forma aberta dentro da comunidade.

Aspectos	Descrição
Quando surgiu	1998
O que levou a criação	<p>O principal motivo de criação foi o estímulo ao consumo local: a antecipação do crédito aos moradores, vinculado a um cartão que só era aceito dentro do Conjunto Palmeiras acabava por incentivar as compras no comércio do próprio bairro.</p> <p>Do ponto de vista do morador, era uma ótima oportunidade de ganhar mais prazo e flexibilidade no pagamento de suas contas, enquanto que para o comerciante, a vantagem está na fidelização deste cliente ao seu empreendimento.</p>
Como se dava a fabricação	<p>Era manual, feito no <i>Word</i> em um computador. O cartão possuía frente e verso, de forma que a parte de trás era reservado ao preenchimento dos campos destinado a anotar o valor dos gastos que seu proprietário ia fazendo.</p> <p>Na parte da frente, estava presente a logomarca do Banco Palmas e a discriminação do valor total do crédito concedido ao usuário do cartão.</p>
Como funciona	<p>Uma vez que o consumidor se registrava no banco e garantia seu cartão, ele já estava apto a consumir localmente. No verso do dele, o comerciante anotava o valor total da compra realizada e pouco a pouco uma pequena “tabelinha” de gastos ia sendo preenchida. Os gastos eram feitos de forma a não ultrapassar o limite de crédito concedido pelo banco ao cliente. Por isso o próximo comerciante a conceder uma compra via PALMACARD, devia fazer uma rápida conferência dos valores anteriormente gastos pelo seu cliente. Era preciso estar atento ao limite de crédito concedido pelo banco.</p> <p>No final do mês, o comerciante se dirigia ao banco, com as faturas das vendas realizadas e o repasse em dinheiro era feito a ele.</p> <p>O valor do crédito concedido pelo banco variava de 20 a 100 reais, no máximo.</p> <p>Cada comerciante possuía um código de identificação do seu estabelecimento, usado para o reconhecimento e controle dos</p>

	<p>pagamentos do final mês.</p> <p>A emissão do cartão era mensal.</p> <p>Essa moeda é de tipo aberta, ou seja, todos os comerciantes e consumidores que desejassem poderiam aderir ao sistema do cartão.</p>
Como/quando aplicar	<p>Por ser um sistema muito artesanal, pode ser trabalhado em comunidades que estejam iniciando o processo de criação de um banco ou iniciativas de economia solidária.</p> <p>Também seu uso pode ser aconselhável em comunidades pequenas ou muito afastadas de grandes centros urbanos ou sem grande acesso a recursos tecnológicos, ou ainda com poucas unidades de famílias a serem beneficiadas, por exemplo, já que a gestão dessa moeda é muito trabalhosa.</p>
Marco regulatório	<p>Na época de sua criação o marco regulatório era inexistente, assim como os bancos comunitários. Por se tratar de uma experiência inovadora, ninguém (governo, legislação e comunidade) sabia muito ao certo se era permitido a instituição e o funcionamento deste tipo de cartões.</p>
Resultados	<p>>> Foi a primeira experiência no país de cartão de crédito comunitário;</p> <p>>> Estimulou o consumo local;</p> <p>>> Importante por fomentar na comunidade a cultura da solidariedade;</p> <p>>> Consolidou e credibilizou a concepção do Banco Palmas;</p> <p>>>Valorizou tanto os empreendimentos do bairro, como as pessoas que passaram a consumir sem maiores constrangimentos;</p> <p>>>Consolidou-se enquanto um cartão emergencial.</p>
Porque terminou	<p>A dificuldade em manter a logística do cartão e o alto volume de faturas geradas, levou a necessidade de operacionalizar outro tipo de moeda. Além do mais, o controle em relação à fraudes é mais difícil de ser mantida.</p>
Nºs – Movimentação financeira	<p>>>200 comércios cadastrados</p> <p>>>3 mil famílias no sistema.</p> <p>>>Movimentou em torno de 60 mil reais/mês.</p>

PALMARES

Esta moeda foi criada especificamente para ser utilizada dentro dos clubes de trocas que, na época, se iniciavam no Conjunto Palmeiras. Era um facilitador, uma ferramenta de mediação entre as trocas de produtos realizadas nas feiras, que aconteciam quinzenalmente. Instituiu-se, então, uma moeda própria para esses eventos, cujo objetivo era incentivar não só a troca de produtos e serviços entre seus membros, suprimindo assim uma carência de acesso à alguns artigos, mas também para que os envolvidos tivessem a oportunidade de se relacionar, criar vínculos e parcerias. Diferentemente da anterior, o PALMARES era uma moeda fechada, utilizada apenas nos clubes de trocas. Os valores das cédulas equivaliam aos reais da época: 1, 5, 10, 50 Palmares.

Aspectos	Descrição
Quando surgiu	2000
O que levou a criação	<p>Surgiu a partir das feiras de trocas. Muitos moradores do Conjunto Palmeiras passaram a produzir alguns produtos e precisavam comercializá-los. A solução encontrada para essa demanda foi instituir uma feira de troca, tal qual alguns modelos já existentes pelo Brasil, como também na Argentina.</p> <p>Com a consolidação das feiras, viu-se a necessidade de criar uma moeda que facilitasse o processo da troca de produtos entre os membros desse clube, e assim, criou-se a moeda PALMARES.</p> <p>O objetivo era expandir a relação entre os pequenos produtores que iam surgindo no bairro, muito motivados pela prática da economia solidária, e que o banco já vinha financiando.</p>
Como se dava a fabricação	<p>Era de responsabilidade do Banco Palmas, que fabricava o PALMARES em papel, por meio do <i>Word</i>, nos computadores do banco. Também era plastificada, para prolongar a vida útil da moeda.</p>
Como funciona	<p>Uma vez a cada 15 dias, na sede do Banco Palmas, os produtos eram distribuídos em mesas, que faziam o papel das vitrines, e cada produtor determinava um preço, em PALMARES, para seus produtos.</p> <p>Era comum que ocorresse durante a troca, uma negociação entre o interessado e o ofertante do produto, até que ambos chegavam a um consenso em relação ao valor real da mercadoria.</p> <p>Os PALMARES eram distribuídos aos participantes da feira de troca, de acordo</p>

	<p>com o valor do produto ofertado, para que as compras pudessem acontecer de fato. Ao final da feira, cada qual saia com os produtos trocados.</p> <p>É importante sublinhar que desta forma, o lastro da moeda não era o real em si, mas sim os próprios produtos. Ninguém voltava para casa com um PALMARES sequer, mas sim com os produtos que havia adquirido. Apesar da presença desta moeda, o que ocorria nas feiras era a troca de um produto por outro, facilitada pelo circulante.</p> <p>A feira acabava, então, com o resgate dos produtos. Os Palmares eram recolhidos e guardados pelo Banco, com a finalidade de ser usado no próximo clube de trocas.</p> <p>A adesão ao clube de trocas era simples e não exigia muitos requisitos. Poderia ser feita no momento da feira, desde que a pessoa fosse moradora da comunidade e que o produto a ser trocado ou o serviço a ser oferecido, fosse produzido pela própria pessoa.</p> <p>A feira contava com a presença de um coordenador, que geria as questões relativas aos preços dos produtos e mediavam algumas trocas, havia também um secretário para anotações e pequenos serviços e um tesoureiro que cuidava da parte da gestão da moeda da feira.</p>
Como/quando aplicar	Deve ser aplicado em comunidades que estão iniciando um Banco Comunitário e desejam ter a experiência de uma Moeda Social. Para tanto, se faz necessário que haja uma relativa existência de produtos e serviços no bairro.
Marco regulatório	Não existe lei que regule os clubes de troca. O certo é que não existe nenhum impedimento para que iniciativas como essas sejam realizadas, uma vez que as relações mercantis estabelecidas nessas feiras são frutos de trocas de produtos e não de compra e venda de mercadorias.
Resultados	>> Estimulo à cooperação no bairro; >>Resolução de problemas imediatos relacionado à falta de dinheiro para se adquirir determinado bem;

	>>Alimentou e oxigenou o espírito de solidariedade entre as pessoas participantes da feira; >>Iniciou a cultura das feiras, muito consolidada hoje, no Conjunto Palmeiras.
Porque terminou	Uma vez instituída a cultura das trocas, as pessoas começaram a perceber que elas poderiam ser realizadas independentemente das feiras/clubes de troca. As pessoas poderiam trocar umas com os outros quando quisessem e em suas casas. Outro fator foi a restrição de produtos: a repetição de artigos começou a acontecer. A variedade ficou restrita, de modo que as novas necessidades de produtos e serviços não foram mais satisfazendo os participantes.
Nºs – Movimentação financeira	>>Mais de 100 pessoas chegaram a participar das feiras; >>Mais de 50 produtores e produtoras;

Quarta Página

PALMIRINS

Eram os centavos dos PALMERES.

Não surgiu imediatamente à criação desta moeda. A percepção da necessidade de sua criação veio só mais tarde, com o tempo, ao se perceber que miudezas e artigos de baixo valor possuía uma grande importância nas feiras. Assim, acrescida as cédulas de 1, 5 e 10 PALMARES, incorporou-se os PALMIRINS à prática dos clubes de troca do Conjunto Palmeiras.

Quinta Página

MOEDA PALMAS MOMOMO

Surgiu como um desdobramento dos PALMARES. Aos poucos a comunidade foi percebendo que as trocas de produtos não necessitava estar vinculada exclusivamente às feiras. A moeda enquanto ferramenta de troca já estava consolidada e já havia conquistado o gosto e a confiança da comunidade. Assim, surge a idéia de expandir esse sistema para toda a comunidade, de forma aberta.

A moeda Palmas foi a primeira experiência de moeda paralela ao Real circulando no Brasil. Na ocasião de sua instituição, recebe o nome e o sobrenome que todas as moedas sociais vinculadas à Bancos Comunitários, tem no Brasil, hoje: Moeda Social Local Circulante. Sua implementação só foi possível graças à parceria com uma ONG holandesa, a *Strohalm*, que apoiava iniciativas voltadas à prática da economia solidária e moedas sociais abertas. As

cédulas levavam em sua composição outra sigla, além do nome da própria moeda e a do Banco Comunitário: MoMoMo, Movimento Monetário Mosaico.

Aspectos	Descrição
Quando surgiu	2002
O que levou a criação	<p>A exaustão do clube de trocas e o desejo de trocar diariamente, foram um dos principais motivos que levaram a implementação dessa nova moeda.</p> <p>A necessidade de expandir a abrangência de circulação dos produtos, mercadorias e serviços da comunidade, de uma forma mais abrangente, na comunidade, também foi outro fator.</p>
Como se dava a fabricação	<p>Confeccionada na Argentina, na época o principal fabricante de moedas paralelas da América Latina, devido a explosão dos clubes de trocas no país. As cédulas passaram a deter todas as tecnologias de segurança que uma moeda precisa ter.</p> <p>Foram impressas um total 900mil cédulas.</p>
Como funciona	<p>Uma vez identificado o desejo de se criar uma moeda paralela na comunidade Palmeiras, uma estratégia foi adotada para garantir que a circulação do PALMAS fosse incentivada e consolidada:</p> <p>Os 30 mil reais doados pela <i>Strohalm</i>, para a construção da nova sede do banco, foram emprestados para os comerciantes na forma de crédito. E então, toda obra feita pelo Banco Palmas era paga em Palmas: os pagamentos dos trabalhadores da obra e a compra de todo material de construção utilizado, eram pagos via moeda social. Assim criou-se uma certa obrigação de consumir em moeda local.</p> <p>A devolução desses empréstimos também deveria ser feito obrigatoriamente em Palmas, o que levou os comerciantes a aceitarem a moeda em seus estabelecimentos, já que precisavam arrecadar a moeda social, para quitar seu crédito. Dessa maneira, a quantidade em dinheiro foi duplicada, os recursos ampliados e a moeda social passou então a ganhar circulação, visibilidade e credibilidade.</p>

	<p>O PALMAS, além de circular abertamente em todo o Conjunto Palmeiras, passou a ser usado não só na compra de produtos, mas também como meio de pagamento de serviços e na obtenção de crédito.</p> <p>A conversibilidade de PALMAS em Reais e vice-versa era realizada sem a cobrança de qualquer tipo de taxa, no cambio de 1 PALMAS = 1 real.</p>
Como/quando aplicar	<p>A Moeda Social Local Circulante é utilizada quando se tem na comunidade um Banco Comunitário em funcionamento e uma rede de comerciantes e moradores já sensibilizadas para as práticas de economia solidária e do consumo local. Exige uma relativa capacidade de gestão por parte do Banco Comunitário, que tem como objetivo assegurar a circulação adequada e segura da moeda.</p>
Marco regulatório	<p>Até a criação da moeda, não havia regulação que abrigasse as características de uma moeda social circulante local.</p> <p>É nesse momento que os primeiros conflitos com os órgãos de fiscalização financeiro do país, surgem, até culminar em um processo criminal iniciado por parte do Banco Central do Brasil (BACEN).</p> <p>Mediante algumas negociações e processos judiciais, as primeiras resoluções e pareceres sobre a legalidade das moedas sociais, são emitidos, via BACEN. São as chamadas Notas Técnicas¹, que regulamentam, reconhecem e permitem iniciativas como a que acabava de nascer no Conjunto Palmeiras.</p> <p>>> Critérios e características de uma Moeda Social Circulante Local: a)lastreada em moeda nacional; b)indexada com base na moeda nacional; c)de livre aceitação; d)circulação restrita; e)que permita o cambio.</p>
Resultados	<p>>> Possibilitou a ascensão da Moeda PALMAS e do Banco Comunitário;</p> <p>>> Grande adesão da comunidade;</p> <p>>> Reforça o princípio e a prática de consumo local: compra e venda de produtos e serviços de forma massiva, via Moeda Palmas;</p> <p>>>Primeira vez que se cunhou o termo</p>

¹ NOTA-TÉCNICA PGBC-387/2011 – 1º de setembro de 2011

	<p><i>Moeda Social Circulante Local</i>, nome específico das moedas sociais dos bancos comunitários;</p> <p>>> O Banco Palmas foi o responsável direto por pautar, oficializar, permitir e legalizar a circulação de moedas sociais e bancos comunitários no Brasil.</p>
Porque terminou	<p>A principal missão da moeda, o fomento do consumo e produção local foi alcançado. Além da dificuldade de manter o controle financeiramente seguro, em condições de uso massivo.</p> <p>*No Conjunto Palmeiras, a moeda PALMAS não se extinguiu completamente, mas é certo que ela já não mais possui o mesmo impacto e circulação, da época de sua implementação.</p>
Nºs – Movimentação financeira	<p>>>100 mil Palmas (valor) em circulação</p> <p>>> 30 mil cédulas impressas.</p>

Sexta Página

MOEDA PALMAS TRANSPORTE COLETIVO

No auge da circulação da Moeda Social Palmas, foi estabelecido um acordo entre o Sindicato de Transporte Coletivo Alternativo de Fortaleza e o Banco Palmas. O acordo previa a aceitação do Palmas como vale-transporte. Na época o número de transportes alternativos autônomos particulares, as topiques, era grande no bairro, maior que os meios oficiais. Era o ano de 2008.

Cria-se, então, uma espécie de vale transporte, específico para o uso neste tipo de transporte, que barateava o custo da passagem, se comparada ao valor da passagem comprada em reais. A adesão da comunidade foi muito grande, o que permitiu o sucesso da iniciativa, além de proporcionar uma grande visibilidade ao Banco Palmas em toda Fortaleza, já que as topiques circulavam em toda a cidade com a logo: “aceitamos Palmas”. Um publicidade que despertou a curiosidade dos fortalezenses espalhados pela cidade.

Sétima página

MOEDA PALMAS SELOS COMEMORATIVOS (apelativo para o consumo | 15 anos)

Está vinculada a campanha de apelo ao consumo local realizada pelo Banco Palmas no ano 2004. “Consumo sustentável, consumo no bairro” eram os dizeres impresso nos selos auto-colantes, adesivados em cada célula da Moeda Palmas que retornava ao banco. Essa foi a oportunidade da moeda circular com uma nova cara.

Anos mais tarde, em 2013, com o aniversário de 15 anos da fundação do Banco Comunitário Palmas, inaugura-se novamente outro selo: Palmas 15 anos.

O objetivo dessas duas iniciativas era aproveitar a circulação da moeda para fazer uma divulgação e campanha. Tal estratégia era também muito útil para a resolução de pequenos problemas relacionados à segurança da moeda: mudando vez ou outra, pequenas características, impede-se que o modelo antigo seja fraudado. Essa tática é muito importante ser realizada a cada um ou dois anos, para que a cópia ilegal seja dificultada. Esta também é uma ótima maneira de aumentar a publicidade da moeda e assim, angariar novos adeptos e dar maior visibilidade à causa.

Oitava página

PALMINHAS

Esta é uma moeda muito especial! O PALMINHAS são moedas criadas exclusivamente para desenvolver trabalhos com as crianças do Conjunto Palmeiras e nasceu de um projeto em parceria com a SENAES (Secretária Nacional de Economia Solidária). Ela é utilizada para promover atividades educativas e culturais com os pequenos da comunidade.

Aspectos	Descrição
Quando surgiu	2013
O que levou a criação	A necessidade de manter conservada a memória da comunidade em torno da história do Banco Palmas, levou a instituição a criar uma moeda para as crianças. A idéia é a de que por meio do manuseio e conhecimento do PALMINHAS, elas tenham acesso à historia da comunidade. A crença é a de que através de seu uso, as crianças possam recuperar a memória da moeda PALMAS, bem como incitar a cultura da solidariedade e empoderamento local no meio infantil.
Como se dava a fabricação	É feita numa gráfica de segurança, com os mesmos critérios da moeda Palmas.
Como funciona	Uma equipe do Banco Palmas em parceria com as escolas locais, constroem oficinas de educação financeira por meio de dinâmicas de compra, venda e troca de materiais escolares utilizando o PALMINHAS. Na ocasião, aproveitam para contar a história do bairro e os porquês da importância de se criar uma moeda social pertencente a comunidade. A atividade possui um caráter pedagógico, ensina a importância do consumo local e sensibiliza as crianças a consumirem de forma consciente, de acordo com as necessidades de suas famílias.
Como/quando aplicar	Quando já existe um sistema de moeda social consolidado na comunidade e necessita-se expandir essa cultura do consumo local para

	as novas gerações.
Marco regulatório	Não há nenhum impedimento em relação a sua realização, por se tratar de uma iniciativa educativa e lúdica.
Resultados	>>Estimula a relação das crianças com o mundo dos adultos, via aspectos econômicos; >> Promove ações de educação financeira; >> Ensina os princípios do empreendedorismo para a solidariedade; >>Ajuda a preservar a memória e acultura na utilização da moeda local.
Porque terminou	Continuam sendo aplicadas

Nona Página

MOEDA EM CARTÃO MAGNÉTICO – Mumbuca

A moeda social MUMBUCA foi pensada para atender uma política pública da Prefeitura da cidade de Maricá, RJ. Ela nasce junto com a bolsa solidária MUMBUCA, integrante às iniciativas do Banco Comunitário criado na cidade. Como estratégia primordial do banco, criou-se uma bolsa para as famílias de baixa renda do município, a ser paga por meio de uma moeda social eletrônica. Esta é a primeira versão de uma moeda social que migrou do formato de papel para o eletrônico. O primeiro pagamento realizado por meio desta nova moeda, ocorreu em 30 de dezembro de 2013 e beneficiou, em seu início, 20 famílias.

Aspectos	Descrição
Quando surgiu	2013
O que levou a criação	Visando a oxigenação da economia local do município, a prefeitura de Maricá determina o pagamento de bolsas de 85 reais às famílias necessitadas da cidade (Lei Municipal 2248). Como o volume de benefícios era grande, além da emissão de moeda física, nesta quantidade, ser complicada e custosa, e a gestão do recurso destinado às bolsas também se tornaria complexificada, teve-se a idéia de utilizar um cartão eletrônico magnético para efetuar tais transações. A necessidade de se gerir um sistema mais seguro, uma vez que o dinheiro para tal é proveniente de uma de uma fonte pública de recursos, fez com que essa modalidade de moeda fosse a mais apropriada.
Como se dava a fabricação	Por uma empresa privada de cartões de crédito, que gere e produz cartões magnéticos.
Como funciona	As pessoas contempladas com a bolsa recebem mensalmente um valor de 85

	MUMBUCAS para consumir localmente, nos comércios credenciados junto ao Banco Comunitário. O depósito das MUMBUCAS é feito no cartão magnético de cada família, que realizam suas compras na rede credenciada, através de maquininhas de P.O.S customizadas para a aceitação da moeda mumbuca.
Como/quando aplicar	Mais voltado para o atendimento de programas de distribuição direta de renda, com base na economia solidária, em parceria com o poder público.
Marco regulatório	Para se replicar esse modelo, há que estar amparado em leis municipais, principalmente pelo fato de ser um benefício concedido, via governo, à pessoas de baixa renda. Especificamente no que diz respeito à utilização do cartão, o marco regulatório é existente e é o mesmo que regula as empresas de cartão de crédito tradicionais.
Resultados	>> Por ser um sistema eletrônico, o controle, prestação de contas e fiscalização, bem como a administração dos recursos fica facilitado, o que é de interesse tanto das prefeituras quanto dos órgãos competentes, como é o caso BACEN; >> O registro é feito de forma automática, em tempo real e com muita precisão já que se trata de um sistema web; >> Maior Governança e transparência em um maior volume de recursos.
Porque terminou	Em vigor
Nºs – Movimentação financeira	>> 14 mil beneficiados, recebendo 85 reais por mês; >> Movimento de 1 milhão e 100 mil MUMBUCAS mensais no comércio local.

Décima Página

MOEDA ELETRONICA: E-DINHEIRO

A grande novidade dos Bancos Comunitários é uma tecnologia social que nasceu da adaptação das leis de pagamentos eletrônicos à realidade desses bancos. O E-DINHEIRO é uma moeda social eletrônica, operacionalizada por meio de um celular smarthphone, preferencialmente, que possibilita, via instalação de um aplicativo desenvolvido especialmente para esse fim. A moeda social eletrônica nada mais é que um novo meio de pagamento digital. O E-DINHEIRO não é apenas mais uma plataforma de pagamento tradicional, como a dos bancos oficiais, e

sim uma moeda social porque fomenta o comércio local, e toda a sua gestão e administração passa pelo controle dos bancos comunitários.

Aspectos	Descrição
Quando surgiu	2015
O que levou a criação	<p>Necessidade de modernização do sistema financeiro dos Bancos Comunitários.</p> <p>Possibilidade de manter a sustentabilidade dos bancos.</p>
Como se dava a fabricação	<p>O aplicativo foi desenvolvido por meio da parceria de uma empresa privada de tecnologia, mais o Banco Palmas e a Rede de Bancos Comunitários.</p> <p>Foi firmado um acordo/termo de cooperação entre essas três entidades que determina que a propriedade do uso do software é de exclusividade da rede de bancos comunitários por pelo menos 20 anos.</p> <p>Por enquanto o e-dinheiro é um software proprietário, mas a intenção é de torná-lo livre, uma vez que os custos de sua implementação e funcionamento sejam todos sustentáveis.</p>
Como funciona	<p>Por meio de um aplicativo de celular, disponível no sistema operacional android e IOS.</p> <p>O usuário da moeda pode realizar pagamentos, transferências, depósitos, cobranças, checagem de extrato e até mesmo resgate.</p> <p>Para fazer as compras por meio do E-DINHEIRO, basta apenas que o consumidor faça uma espécie de recarga do valor desejado em seu banco comunitário. Esse crédito é automaticamente vinculado ao número de registro do cliente, que a partir desse momento está apto a realizar suas compras.</p> <p>Os comércios também têm um número de celular cadastrado, para que possa usufruir dos recebimentos.</p> <p>Em cada transação comercial realizada, é descontado do comerciante, 2% referente a valor total da compra. Essa taxa, menor que as de qualquer cartão convencional, é destinado ao Banco Comunitário para a manutenção do sistema operacional e como uma receita, que é revertida em benefício tanto da comunidade quanto do próprio</p>

	<p>banco comunitário.</p> <p>As transações comerciais realizadas via E-DINHEIRO, podem ser comparadas com àquelas feitas com um cartão de débito tradicional.</p>
Como/quando aplicar	<p>Em qualquer local ou comunidade que exista um Banco Comunitário e internet acessível aos moradores e comerciantes. O uso da moeda eletrônica não dispensa a necessidade do processo de mobilização, organização e conscientização da comunidade para as práticas de economia solidária e do consumo local sustentável.</p>
Marco regulatório	<p>Foi regulamentada, via Banco Central, em 2013, com o objetivo de fomentar a inclusão financeira – lei das moedas eletrônicas².</p>
Resultados	<p>>> Garante inclusão financeira;</p> <p>>>Gera receitas para o banco (por meio da taxa de 2% que é cobrada ao comerciante, ao se efetuar transações comerciais de compra e venda de produtos e serviços), o que garante a sustentabilidade e autonomia financeira dos Bancos Comunitários, ainda muito vinculados a recursos e iniciativas governamentais;</p> <p>>>Facilita a comunicação entre as pessoas através de um chat do próprio aplicativo;</p> <p>>> Também é ecológico por dispensar o uso do papel;</p> <p>>>Mais econômico em termos de manutenção do sistema e mais fácil de operacionalizar;</p> <p>>> Maior segurança, conforto e comodidade para os usuários que não precisam mais portar o dinheiro em espécie;</p> <p>>>Maior transparência na gestão dos recursos;</p> <p>>>Possibilita agregar novas formas de trocas econômicas que não são permitidas pela moeda física.</p>
Porque terminou	<p>Uma iniciativa muito recente, foi implementada no ano de 2015 e portanto, em vigor.</p>
Nºs – Movimentação financeira	<p>>> 20 bancos comunitários em utilização da moeda;</p> <p>>> 2mil usuários na plataforma;</p> <p>>> 120 comércios cadastrados;</p>

² Lei nº 12.865/13

Como você pôde perceber, a gestão de um Banco Comunitário passa por inúmeras adaptações a momentos bem específicos da vida não só desta entidade, mas de toda a comunidade. É preciso estar atento e ser sensível as pequenas transformações, às diferentes necessidades que vão surgindo ao longo da vida financeira de um banco.

As diversas experiências de moedas que o Banco Palmas vem experimentando ao longo dos seus 17 anos são frutos e resultados de um longo e árduo processo de investimentos não só financeiros, mas, sobretudo social. Estar sempre adaptando às novas necessidades econômicas de uma determinada comunidade é um legado que devemos compartilhar com o mundo, é isso que a nós nos fala essa longa Jornada.

Uma crítica que se pode fazer ao sistema financeiro tradicional, em geral, é a incapacidade de se adaptar as circunstâncias econômicas de localidades que nem sempre estão inseridas na mesma lógica de funcionamento vigente no país, seja pela impossibilidade de funcionar segundo as exigências deste modelo, ou simplesmente pelo fato de optarem por um sistema diferenciado, mais adaptado e inclusivo a realidade local, por exemplo.

Acreditamos que a moeda, aparentemente parte muito específica de uma realidade econômica maior, pode ser uma importante ferramenta de resgate da autonomia financeira das pequenas sociedades, principalmente às economicamente marginalizadas. Por isso é preciso lutar não só por uma gestão financeira que inclua as pessoas e sua comunidade tal qual a realidade econômica que vivenciam, mas também reivindicar que as ações econômicas estejam sempre ligadas às necessidades sociais de seus interessados. Afinal, sociedade e economia são parte indissociável de um mesmo processo.

Para saber mais:

>> Resoluções que legalizam a circulação de moedas sociais: NOTA-TÉCNICA PGBC-387/2011, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

>> Moedas eletrônicas: Lei nº 12.865/13; Resoluções: nº 4.282 e 4.283; e Circulares n.3.680, n. 3.681, n. 3.682 e n. 3.683, todas de 4 de novembro de 2013.

>> Contatos: Instituto Palmas | Av. Valparaíso, 620 - Conj. Palmeiras, Fortaleza - CE, CEP: 60870-440 | tel: (85) 3459-4848 | e-mail: >>>>>>